



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SMDS
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº. 033/2023

(*Plenária virtual*)

Aos vinte sete dias do mês de setembro de dois mil e vinte três, às quatorze horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária, virtualmente, pela plataforma Google Meet, sob a coordenação da Presidenta **CAROLINA AGUIRRE DA SILVA**, e na presença dos:

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:

Carolina Aguirre da Silva, **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO)**; Eduarda Roos, **Casa do Menino Jesus de Praga**; Priscila Contini Marcondes e Andriw Quadros, **Federação Espírita do Rio Grande do Sul – FERGS**; José Alfredo Nahas, **Parceiros Voluntários**; Rosana Fernandes Nunes, **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre**; Lenira L. da Silva, **Círculo Operário Porto Alegrense**; Francine Idiart, **Instituto Pobres Servos da Divina Providência – IPSDP**; Frei Luciano Elias Bruxel, **Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA**; João Batista Machado da Rocha, **Fundação O Pão dos Pobres**; Paulo Francisco da Silva, **Pequena Casa da Criança**; Theresinha Bastos, **Movimento, Movimento pelos Direitos da Criança e do Adolescente – MDCA**; Andréia Gilli e Ivana Frois, **Comunidade Evangélica de Porto Alegre – CEPA**.

CONSELHEIROS DO GOVERNO:

Paulo Meira, **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS**; Letícia Giardin, **Fundação de Assistência Social e Cidadania – Fasc**; Sônia Vieira, **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF**; Aline Borges, **Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude – SMELJ**; e Carlos Fernando Simões Filho, **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**.

DEMAIS PRESENTES:

Luiz Henrique e Daniel Teixeira Canti, **Administrativos CMDCA/FUNCRIANÇA**; Patrícia Costa Ribeiro, **Taquígrafa – TG Taquigrafia**.

PAUTA:

1. Abertura;

2. Debates e Deliberações;

31 **2.1. Comissões: Executiva, Finanças, Políticas e Reordenamento;**

32 **3. Informes.**

33 Após a conferência de *quorum* foram abertos os trabalhos:

34 **1. ABERTURA;**

35 **2. DEBATES E DELIBERAÇÕES:**

36 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**

37 **CAIMC (TOPOGIGIO):** Boa tarde. Bom, eu vou trazendo as questões para vocês, os

38 retornos. Já vamos entrar na parte do Conselho Tutelar. Paulo, fala o que aconteceu. **Paulo**

39 **Meira, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS:** Então, só para

40 contextualizar a situação, nós tivemos o parecer da Comissão Especial, tivemos um recurso

41 interposto pelo Conselheiro Rafael, tivemos contrarrazões apresentadas pelo requerente João

42 Virgílio. Ao fim e ao cabo, antes mesmo de nós deliberarmos a respeito da situação que já era

43 posta, por tudo que já é conhecido, ontem, no final do dia, mas ainda não oficialmente, porque

44 foi disponibilizado pelo Conselheiro Rafael a informação, ele impetrou um mandado de

45 segurança, de modo que eles vão anular parte do processo administrativo original de novo. Já

46 tem uma decisão nesse sentido, uma liminar. E a PGM ainda não se manifestou em relação ao

47 encaminhamento que ela impera por parte do CMDCA. Então, resumidamente, é isso, nós

48 teremos mais uma vez parte do processo anulado e deverá ser refeito por algumas falhas

49 processuais que eles acusaram. E vida que segue, de novo vamos ter que tomar todos os

50 cuidados possíveis, desejados e necessários para que a gente não tenha outra intercorrência.

51 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**

52 **CAIMC (Topogigio):** Bom, talvez na próxima semana, provavelmente, a gente tenha um

53 desdobramento já com parecer da PGM para a gente poder ver o que a gente vai conseguir

54 fazer. Se nós vamos reabrir a Comissão Especial, se vamos fazer outra Comissão Especial, se

55 nós vamos ouvir no próprio CMDCA, não sei. Então, a gente vai ver o que a PGM vai estar

56 orientando e a partir da próxima a gente vai fazer o desenrolar do próximo capítulo.

57 **Theresinha Bastos, Movimento, Movimento pelos Direitos da Criança e do Adolescente**

58 **– MDCA:** Ele fez a prova? **Paulo Meira, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

59 **– SMDS:** Fez e passou. Ambos passaram, tanto o João Virgílio, quanto o Conselheiro Rafael.

60 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**

61 **CAIMC (Topogigio):** Bom, agora voltamos para as eleições do Conselho Tutelar 2023, nós

62 temos algumas questões para tratar. Paulo, por favor, pode trazer os resultados. Eu não vi se

63 vocês trouxeram a questão daqueles candidatos pós-prova. **Paulo Meira, Secretaria**
64 **Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS:** Eu tenho aqui também. Então, dos 307
65 candidatos inscritos, 282 haviam sido aptos para fazer a prova. Desses 282 candidatos, 259
66 foram aprovados e 23 deles reprovados, sendo que desses 23, 5 deles foram reprovados pelo
67 simples fato de não terem comparecido no dia da prova, né. Então, essa quantidade de 259
68 candidatos aprovados é um percentual de aprovação de 91.84% dos candidatos que
69 inicialmente eram aptos a prestarem a prova. Então, nós tivemos aí uma aprovação bastante
70 significativa. E opinião minha, primeiro, porque a prova estava condizente com o nível dos
71 candidatos, que a prova foi muito bem elaborada priorizando a fácil compreensão dos
72 enunciados e respostas condições com o texto das normas. Inclusive, foi uma preocupação da
73 Presidente Carol. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro**
74 **da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** E na mesma linha o que a gente poderia publicar no site
75 é a síntese, porque fica ali que no dia tal passaram tais assuntos e tais instituições, porque o
76 grosso da discussão não interessa aos demais. Lógico, a gente sabe que a Patrícia tem o
77 cuidado de às vezes a gente estar brincando, porque a gente acaba brincando aqui, a
78 brincadeira não vai para a ata, mas mesmo assim, pode escapar alguma coisa e não é o
79 interessante. Então, a gente pode tirar isso. Viu, Kátia? Vai para o site somente a síntese das
80 atas. Ok? Outra questão, amanhã temos a homenagem para o CMDCA, na Câmara de
81 Vereadores, às 14 horas. Eu conto com a presença de vocês, para que seja muito mais bonito
82 com todos nós lá. Já fizemos o convite para as autoridades, os vereadores. Nós fizemos o
83 convite para as instituições. Então, é para ser um momento bem legal, bem bonito para todos
84 nós. Outra quando, ontem a Theresinha, o Carlos e eu conversamos com a Deputada Adriana
85 Lara. Eu esqueci de passar para a Comissão de Políticas, mas já vou passar, a proposta de lei,
86 é um projeto de lei, na verdade, que ela trouxe para a gente poder analisar. A proposta dela, o
87 título, proíbe a participação de crianças e adolescentes em eventos com cunho sexual, apologia
88 de gênero, exibição de cenas eróticas, pornográficas ou incentivo de uso de drogas no
89 território do Estado do Rio Grande do Sul. Depois tem o projeto aqui, são quatro artigos e
90 tem a justificativa também. Então, vai para a Comissão de Políticas para a gente poder se
91 manifestar. Ela pediu que a gente possa se manifestar de forma bem tranquila, nada tão formal,
92 mas a ideia é de que cada projeto que estiver voltado a crianças e adolescentes, tendo Porto
93 Alegre como a Capital, ela vai solicitar um parecer nosso, digamos assim. Eu vou passar para
94 vocês darem uma olhada. Nós até mencionamos que havia um projeto semelhante feito pela

95 Comandante Nádia, mas era voltado à questão com os recursos públicos, se eu não me engano.
96 Então, com recurso público não poderia ter. Aí ela trouxe uma questão um pouco maior. Na
97 saída nós conversamos um pouquinho, que apesar dessas questões já estarem no ECA,
98 reforçadas ali, sempre é válido reforçar, mas a gente poderia estar sugerindo outra forma de
99 texto ou talvez uma forma mais abrangente e não fixando tanto. Ela trouxe o exemplo de que
100 houve uma marcha da legalização do uso da maconha e que tinha crianças na frente da marcha.
101 **José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários:** Olha, eu estou lendo aqui e acho bem
102 complicado o que ela está colocando no artigo dela. Eu sou contra. Ela coloca assim: “Fica
103 proibida a participação de crianças e adolescentes em eventos de cunho sexual ou apologia de
104 gênero, exibição de cenas eróticas...” Ok! “...incluindo Parada de Orgulho LGBTQI+”. Eu sou
105 totalmente contra. É bem complicado. Qual o problema de você levar uma criança ou filho teu?
106 O mundo mudou. Eu como CMDCA não concordo. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
107 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Por isso nós
108 falamos do texto ser mais amplo. **José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários:** Ela não pode
109 partir da premissa que Parada LGBTQI+ é de cunho sexual. **Carolina Aguirre da Silva,**
110 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Foi o
111 que eu trouxe ontem na questão da Parada LGBT, porque hoje ela está mais para um
112 movimento cultural do que qualquer outra situação. Hoje não vão só pessoas na parada que
113 são LGBTQI+, vão famílias de forma geral, vai todo mundo. Então, nisso a gente tem que
114 pensar. **José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários:** Da forma como está escrito não dá.
115 **Glaubia Martins, Secretaria Municipal da Educação – SMED:** Eu queria pontuar, ainda
116 na fala do Zé Nahas, que em São Paulo, depois da Parada LGBTQI+ deste ano suscitou
117 também na Câmara de Vereadores de São Paulo, Capital, um movimento parecido para criar
118 leis. Aí veio todo um antemovimento, porque nós não podemos esquecer que há pais e mães
119 homoafetivos, que levam seus filhos e estão exercendo um direito constitucional à paternidade
120 e à maternidade. Então, essa parte específica que o Zé pontua é muito complicada. A Parada
121 LGBTQI+no passado, porque no Brasil o histórico dela é de 50 anos, nasceu sim com um
122 cunho muito mais libertador, com exposição sexual. Só que nós não podemos tirar isso, que é
123 um direito constitucional de pai e mãe exercer de levar ou não seus filhos, aí a gente tem que
124 contar com o bom senso. Agora, legislar e limitando esse direito, que é constitucional, acho
125 perigosíssimo. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local**
126 **– SMGOV:** Eu achei interessante a aberturada deputada em nos receber. É melhor nos receber

127 para a gente fazer o que estamos fazendo, que é ler, analisar, debater e fazer sugestões de
128 alteração, porque ela disse que acolheria as nossas sugestões, que passaria todo e qualquer
129 demanda da área da infância e juventude a partir de agora. Achei pertinente. Creio que a gente
130 deva fazer essa análise para lá da tipologia do evento ou do contexto. Eu pesquisei aqui
131 rapidinho, a Parada LGBT de Porto Alegre 2023 atinge 150 mil pessoas e a Feira do Livro do
132 ano passado, dos 250 anos, 72 bancas, 1 milhão de pessoas em 10 dias. A nossa preocupação
133 tem que ser sempre a mesma, crianças de perdem nesses eventos e megaeventos. O trabalho
134 infantil acontece nesses eventos e megaeventos. Se estão acompanhadas não é um problema, se
135 tem ali o familiar, as pessoas da sua composição tranquilizo. Agora, o que a gente tem que
136 debater com a deputada e a gente conseguiu conversar um pouco com ela sobre isso ontem, é
137 que o trabalho infantil está se alastrando, a situação de rua é real, a Cidade dos Trilhos voltou,
138 aconteceu o que tínhamos em 2021, a gurizada está vindo de Novo Hamburgo para cá via
139 Trensurb para vender Mandolates e depois volta no final do dia. Então, nós temos que fazer as
140 nossas representações de Competi, de Evesca, de todas que o CMDCA tem, fazer prevalecer
141 também esses projetos de lei dos vereadores e deputados. A minha sugestão é que a gente faça
142 essa análise nas comissões, faça sugestões e leve para ela de volta aquilo que a gente necessita
143 de monitoramento de políticas, de campanhas, como a gente pediu para ela nos apoiar com a
144 questão da Trensurb, assim outros deputados e vereadores também. Eu só acho estranho que a
145 Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente nesta gestão não nos convida para nada,
146 também não sei se vai estar amanhã na homenagem e não estimula nada de inclusão e proteção
147 às crianças e adolescentes. **Eduarda Roos, Casa do Menino Jesus de Praga:** Eu acho que
148 esse trecho do artigo, a elaboração do texto está bem tendenciosa e com um om juízo de valor
149 da deputada, porque uma marcha pela legalização da maconha não significa que é uma marcha
150 de incentivo ao uso de drogas. Muito pelo contrário, também muito dessas pautas são lutas de
151 pessoas com epilepsia e outras condições, como até o câncer, que o Canabidiol e outras
152 substâncias derivadas da maconha, que não são psicoativas, é uma luta por uma questão de
153 saúde. Então, eu acho que pais e seus filhos não deve ter esse direito cerceado. Outro ponto é
154 esse trecho: “apologia de gênero”. O que isso significa? Gênero é masculino, femininos,
155 podemos incluir não binário com essas novas discussões. Mas o que seria uma apologia a isso?
156 Gênero é um conceito estabelecido, não tem como fazer, vai fazer apologia a quê? À mudança
157 de gênero de uma criança? É isso que ela quer dizer aqui? Não sei, enfim. **Carolina Aguirre**
158 **da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC**

159 (TOPOGIGIO): E a idade para que tu possas escolher o que quer ser. É fala dela. Também
160 falou na questão se a gente sabia que hoje em dia já tem hormônios sendo aplicados em
161 crianças para já a mudança ou impedir a mudança do corpo, algo nessa linha. **José Alfredo**
162 **Nahas, Parceiros Voluntários:** Bom, de novo, da forma como está é muito mais na questão
163 moral dela, que sou totalmente contra e a gente tem que tomar muito cuidado, Carol. Eu não
164 sou conhecedor do ECA na sua íntegra, mas imagino que no ECA já conste isso que ela está
165 colocando em relação. Então, eu fico sempre me perguntando o que ela está legislando?
166 Porque para mim se já tem a lei que me diz em relação á proibição das crianças nessas questões
167 eróticas, que é mais que notório, aqui está tendo uma questão muito mais tendenciosa em
168 relação à questão da moral da cabeça dela, sexual. E a gente como CMDCA, como Conselho,
169 tem que tomar muito cuidado. O mundo mudou, gente! Entendeu? Eu sou um cara casado
170 com outro homem há 18 anos, eu tenho dois filhos. O mundo mudou e isso me irrita
171 profundamente traz esse tipo de preconceito que ela está trazendo. **Carolina Aguirre da**
172 **Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):**
173 O ECA já traz, eu tenho certa resistência a criar lei sobre lei para reforçar a lei. Eu não gosto
174 disso. Ah, mas tem que ser dito o óbvio! Concordo1 tem que ser reforçado! Concordo! É triste
175 fazer uma lei para dizer que tu não podes maltratar, judiar, punir com agressões físicas o teu
176 filho. Isso não teia nem que ser dito, teria que ser uma coisa lógica, óbvia. Ok! Acredito que o
177 que a gente poderia tentar tirar desse suco azedo um sabor talvez é colocar na questão do uso
178 da imagem dessa criança, talvez nessa linha. Por exemplo, aquele jogo do Inter em que aquele
179 homem filho de uma boa mãe foi com uma criança no colo dar um soco em outra pessoa,
180 lembram? Mas assim, o problema não era ele levar o filho no jogo, o problema foi ele estar
181 com o filho no colo no momento em que queria brigar com outra pessoa. Então, não tem o
182 problema de levar teu filho, o problema é usar o teu filho até mesmo como escudo para agredir
183 outra pessoa. Isso é outra situação. **José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários:** Mas, Carol
184 ainda dá para se basear na lei e acionar o cara. É isso que eu quero dizer. **Sônia Vieira,**
185 **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Carol, nós aqui e os colegas que estão no virtual
186 não conseguimos ler esse ofício, eu não conheço a deputada, então, penso em abrir primeiro
187 um processo SEI, se for o caso, disponibiliza por e-mail, enfim, mas disponibilizar a todos os
188 Conselheiros para que todos tenham ciência do que ela está pedindo. A gente não consegue
189 enxergar e nem ler o que está aí, enfim. Segundo, temos que ter o cuidado de não estarmos
190 servindo de manobra para ela impor alguma coisa que seja somente do interesse dela e não do

191 Conselho e também não de quem a gente representa. E nós temos a nossa PGM, que pode nos
192 orientar de que maneira podemos responder isso. eu acho que fica muito mais alinhado com a
193 PGM, porque diz que pode responder de maneira informal, mas o Conselho não vai responder,
194 não existe uma resposta de maneira informal. Então, assim como ela mandou um ofício
195 pedindo a presença do Conselho no Gabinete dela, assim o Conselho também tem que se
196 manifestar depois no parecer formal. E eu concordo com o Zé, só que eu também entendo que
197 a gente vai ter que ter o conhecimento do que diz esse ofício. **Carolina Aguirre da Silva,**
198 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** O Zé
199 está tirando foto do ofício para colocar no grupo para vocês. Então, para esse material nós
200 vamos criar um SEI para que a gente possa estar se manifestando. Kátia, vamos encaminhar a
201 partir do SEI uma consulta para a PGM, para que possa se manifestar. eu acho que a questão
202 fica bem encaminhada para que a gente possa estar respondendo como Conselho realmente.
203 Ela disse para responder pelo Whats, mas jamais ia responder de uma forma tão corriqueira,
204 tão casual. Então, para que a gente possa também estar organizando o que é e jamais servir
205 também de manobra. **Glaubia Martins, Secretaria Municipal da Educação – SMED:** As
206 falas da Eduarda e do Zé foram muito felizes, porque a gente não sabe, tem muita gente
207 querendo pegar carona e aqui eu falo do grupo de políticos mesmo, embaixo dessa pseudofrase
208 da moral e dos bons costumes, que é abaixo a ideologia de gênero. A pergunta da Eduarda foi
209 muito pertinente, embaixo disso, eu como linguista, digo para vocês que cabe um monte de
210 coisa. É aí que mora o perigo, senão vamos cair na lei pela moralização disfarçada de lei para
211 regular, mas para regular nós temos o ECA, a Constituição, que são leis maiores. O ECA é
212 uma emenda constitucional. Então, não é assim, porque já está lá dentro do ECA quais soa os
213 locais e horários adequados, o que se deve evitar em termos de proteção á criança e ao
214 adolescente. Não precisamos de mais leis, concordo *ipsis literis*, não precisamos de legislação
215 para reafirmar o que já está posto. Foram 30 anos de batalha para fazer valer o ECA. Carlos,
216 eu concordo contigo em um ponto, da tua fala total ali, que é em relação ao trabalho infantil,
217 ao invés de estar discutindo que ele voltou e o trabalho continua, acontece, eu diria, que na
218 maioria dos lares brasileiros. Então, a sociedade fechou os olhos, principalmente no período
219 pandêmico e agora no pós-pandemia para algo que é muito sério, é muito grave. Atrás disso,
220 agora, vem esse movimento para salvar as crianças e adolescentes da ideologia de gênero, seja
221 lá o que cada um entenda com isso, porque não há uma definição clara e isso não é discurso
222 político. Lugar de criança é na escola e a sociedade falha todas as vezes que o direito de uma

223 criança, de um adolescente é violado e o trabalho infantil é uma violação gravíssima, é uma das
224 piores, conforme o manualzinho da ONU. Depois que a gente resolver o trabalho infantil e
225 outras formas de violação, podemos discutir o que realmente a sociedade brasileira quer e
226 entende como ideologia de gênero, que seja em um espaço adequado, que não é esse. **Frei**
227 **Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Eu também
228 acho que não é uma questão de escolha, ninguém escolheria uma questão de gênero para sofrer
229 preconceito, violência, o que a gente está cansado de ver todos os dias nas notícias por este
230 Brasil e por este mundo afora. A gente viu no cenário político toda a questão do fascismo, da
231 instrumentalização da moral religiosa, dos ditos bons costumes, no sentido de um uso político
232 muito perigoso. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança**
233 **Local – SMGOV:** Eu vi agora a foto que o José botou no grupo e olto a dizer, concordo que
234 a gente tem que abrir o SEI, fazer a análise, mas reafirmo a sugestão da gente fazer a análise
235 para além disso que ela traz aqui, porque ela nos pediu análise e sugestões. Então, o debate é
236 para análise e sugestões de alterações diversas. Eu lendo de novo consigo enxergar, talvez
237 porque eu esteja participando mais da questão do enfrentamento ao trabalho infantil, a situação
238 de prevenção de violações de direitos e violências que é o seguinte, é um dado alarmante 5pss
239 por dia somem em Porto Alegre. Sabemos disso? Onde estão os cartazes, aqueles que tinham...
240 **José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários:** Mas você acha que uma lei vai resolver,
241 Simões? **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local –**
242 **SMGOV:** Não, só um pouquinho, deixa eu fazer meu pensamento primeiro. Eu acho que
243 existe um afastamento das políticas públicas em geral, não só da área de segurança, mas de
244 todas, que a gente não está se dedicando a pleno e depois que a coisa aconteceu já virou
245 acolhimento institucional, já virou Crai, já virou situação de rua-morada, não é mais rua-
246 sobrevivência. Então, eu enxerguei o documento dela para essa temática que a gente tem
247 dentro dos conselhos. Então, temos que sugerir “isso não”, “isso não”, “isso não”? Com
248 certeza! Mas eu também vejo a oportunidade seguinte, o que o poder público e as cidades do
249 Rio Grande do Sul estão fazendo para enfrentar as crianças que se perdem e as crianças do
250 trabalho infantil? Está tendo a Expointer, tem algum trabalho de monitoramento do trabalho
251 infantil lá? Não! E tem já inúmeras denúncias. Eu tive hoje de manhã uma reunião com a
252 Secretaria Região de Trabalho e Emprego. Então, a coisa existe, é grave e ela faz várias
253 propostas que nós não temos que concordar, mas nós temos que rebater e sugerir o que nós
254 precisamos. Na minha opinião, precisamos de campanhas, muitas campanhas. **Glaubia**

255 **Martins, Secretaria Municipal da Educação – SMED:** Desculpa os que estão inscritos, mas
256 eu preciso falar. Campanha sim, nós dois somos “gov” aqui, mais os que são “gov”, sabemos
257 que havia uma campanha no passado não tão distante dentro da secretaria que eu aqui
258 represento, exatamente para desmobilizar o trabalho infantil, era pioneiro e exemplar. Só que
259 isso foi parar onde, Carlos? Eu não sei se isso não é pauta para levar para o Prefeito, porque
260 havia uma comissão dentro da Smed articulada com a Fasc, com os Conselheiros Tutelares e
261 isso se perdeu. Foi exemplo para outros Estados, que é a Ficai, que é um instrumento
262 belíssimo, o aluno que está na escola não está trabalhando, pelo menos não está na rua
263 mendigando. Concordo contigo nesse ponto, quem sabe tenhamos que ressuscitar algo em
264 Porto Alegre que foi importante, tem livros publicados sobre isso, tem gente dessa época ainda
265 dentro da secretaria... [Falas concomitantes]. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
266 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Nós temos
267 inscritos, pessoal! E temos que encaminhar. **Priscila Contini Marcondes, Federação**
268 **Espírita do Rio Grande do Sul – FERGS:** Eu agradeço, a linha fala é em decorrência da boa
269 fala do Calo, do Zé e do Frei. Eu só peço que as falas sejam espaçadas e cada um fale na sua
270 vez. O Frei estava trazendo algumas informações muito relevantes em complemento ao que o
271 Zé havia falado. Então, eu devolvo a palavra e só peço que, por favor, não se sobreponham
272 também às falas das organizações da sociedade civil, em especial as pessoas que têm um vasto
273 conhecimento e muito antigo. O Frei tem algumas informações relevantes e eu gostaria de
274 ouvir e não foi possível, mas obrigada, Carol. **Sônia Vieira, Secretaria Municipal da**
275 **Fazenda – SMF:** Eu li agora o documento, mas esse documento aqui, com todo o respeito, eu
276 acho que a gente está tirando a autonomia da família, dos pais definirem para onde vão essas
277 crianças. Assim, são coisas distintas, Carlos, do que tu colocas. Campanha ok, contra o
278 trabalho infantil, é uma série de coisas, mas não o que ela está colocando ali. Então, eu
279 concordo com o Zé, é uma lei em cima de outra lei que é em cima de outra lei, a gente não
280 precisa disso, podemos fazer campanhas e outras ações, mas trabalharmos de outra forma, mas
281 não uma lei que vai dizer o que eu como pai ou mãe vou definir. Então, talvez a gente esteja só
282 jogando que tem uma lei que tu não podes fazer isso, não pode levar teu filho ali, não pode
283 levar teu filho ali e aqui. De novo, quem define isso é a família, no meu entendimento, não
284 precisamos desta lei aqui, eu não consegui enxergar nada que vá acrescentar para a criança
285 dentro desse projeto dela. Essa é a minha visão, mas, enfim, a gente vai conversando.
286 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**

287 **CAIMC (TOPOGIGIO):** Ok. Então, vamos criar um processo SEI para que a gente possa
288 ter essa visibilidade e poder estar encaminhando à PGM para a gente poder estar respondendo
289 de uma forma com contexto, na verdade. E penso que no momento da resposta entra o que o
290 Carlos está falando, que é da gente não fechar as portas com a deputada, mas poder sugerir
291 algumas pautas e questionamentos para que o futuro a gente possa estar encaminhando outras
292 questões também. **Theresinha Bastos, Movimento, Movimento pelos Direitos da Criança e**
293 **do Adolescente – MDCA:** Eu fecho contigo, eu acho que essa foi a finalidade, pelo menos
294 para mim, o fato dela abrir o Gabinete dela, seja do PMDB, do MDB, de quem for, para a
295 gente sugerir uma assembleia. Isso eu achei importante, a única coisa. **Carolina Aguirre da**
296 **Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):**
297 Isso! Nós já solicitamos que ela agende uma pauta com o presidente da Trensurb para a gente
298 conversar sobre a questão do trabalho infantil em que está sendo um meio de circulação,
299 digamos assim, como o Carlos trouxe. Também questionamos sobre a Aprendizagem da
300 Trensurb. Aí ficamos nos questionando se a Trensurb em algum momento teve aprendizagem,
301 as cotas. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local –**
302 **SMGOV:** Eu descobri hoje de manhã, com a Dra. Denise Brambilla, que eles têm 12 jovens
303 aprendizes e pela lei eles teriam que ter 38. Então, quando a gente fizer a visita na Trensurb
304 para retomar a campanha de trabalho infantil na Cidade dos Trilhos, no final da conversa já dá
305 para reivindicar o cumprimento de lei. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**
306 **Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Ok. Vamos seguir na nossa pauta.
307 Nós recebemos uma solicitação de verba emergencial da Instituição Centro Educacional Santa
308 Catarina, que a Luana está presente na plenária. No período da chuvarada a instituição alagou
309 e se perdeu praticamente toda a mobília da instituição. Eu fui atrás do ofício e já encaminhei o
310 SEI, depois encaminho para a Comissão de Finanças para a gente poder apreciar. Nós estamos
311 solicitando para a instituição um miniprojeto, porque foi só pedido a verba. Então, a gente
312 precisa entender, Luana, o que vocês precisam, aí pode descrever. Precisa da justificativa, o
313 projeto, descreve ali tudo. No ofício já tem as fotos do que aconteceu, os estragos e tudo mais.
314 São bem fortes as fotos, uma judiaria com tudo, mas para poder instrumentalizar o projeto é
315 melhor, principalmente a questão do que a instituição precisa comprar. **José Alfredo Nahas,**
316 **Parceiros Voluntários:** E também precisamos de três orçamentos na Comissão de Finanças, o
317 que puder já encaminhar para a gente também poder agilizar. **Carolina Aguirre da Silva,**
318 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** O que

319 puder enviar é melhor. **José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários:** Envia para a Comissão
320 Mista, aí a gente trata em caráter emergencial. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
321 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Se estiver com
322 toda a documentação a gente pode enviar para a Executiva e já trazer para a plenária. **José**
323 **Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários:** Mas na mista entra em caráter emergência e as
324 comissões já resolvem. Se faltar alguma coisa a gente já liga para a instituição, como a gente
325 sempre faz. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:**
326 Carol, tinha outrora uma discussão do que se definiu como emergencial, até para o Conselho
327 ter um critério de quando atender, tinha uma resolução do Conselho que definia. Na época
328 surgiram vários pedidos e nessa resolução dava as orientações. **Carolina Aguirre da Silva,**
329 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Kátia,
330 veja para nós essa resolução, por favor. Essa é uma resolução de verba emergencial, deve ser
331 de 2014, de acordo com a memória da Patrícia. Só para a gente ver o que está lá, para que a
332 gente não fique decidindo algo que decidimos lá. Mais alguma coisa, além dos assunto que a
333 gente já trouxe? **Francine Idiart, Instituto Pobres Servos da Divina Providência – IPSDP:**
334 Nós temos ver a Resolução nº 150, reforçando que a gente tem recebido projetos... **Carolina**
335 **Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC**
336 **(TOPOGIGIO):** Sim, eu tinha falado de deixarmos como tema de casa, da gente ver. A Elaine
337 colocou algumas coisas em relação ao projeto e isso a gente trouxe que conforme a gente vai
338 fazendo o projeto é que vamos ver o que está com problemas, repetições e coisas assim. A
339 gente tem que botar um marco e acredito que o marco é a publicação da resolução, a partir de
340 que data que a gente vai receber, de acordo com os novos anexos. **José Alfredo Nahas,**
341 **Parceiros Voluntários:** Mas na resolução está bem claro isso. **Carolina Aguirre da Silva,**
342 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** A
343 contar da data da publicação? **José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários:** A partir da
344 publicação, os novos projetos têm que vir no novo modelo e aqueles que entraram antes serão
345 apreciados de acordo com o modelo. Está bem claro, ficou bem colocado isso. **Carolina**
346 **Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC**
347 **(TOPOGIGIO):** No site não estava. Também ainda estão os anexos anteriores. Kátia, isso
348 nós vamos ter que atualizar os anexos da Resolução nº 150. Gurias, sendo a chata da história,
349 nós vamos ter que devolver para as instituições para que atualizem no modelo correto.
350 **Francine Idiart, Instituto Pobres Servos da Divina Providência – IPSDP:** A gente já está

351 fazendo esse fluxo, a gente só quis pautar isso porque é relevante em relação a isso trazer uma
352 comunicação para que as outras entidades que também apresentarem projetos não precisem ter
353 esse retrabalho. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro**
354 **da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Baita retrabalho! **Márcia, Associação Cristã de**
355 **Moços do RS – ACM:** Porque no fim as instituições que estão sabendo são as que estão
356 dentro do CMDCA. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do**
357 **Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Acho que não mandamos para o Fórum da
358 Resolução nº 150. O João quer falar. Está sem microfone. Digita no chat, então, João. Olha o
359 Carlos (chat): “Há mais uma informação na PGM vetando a função do captador? Se sim
360 precisamos fazer as nossas considerações nesse SEI para análise do Procurador-Geral Roberto
361 Rocha”. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local –**
362 **SMGOV:** Porque hoje de manhã, refletindo e conversando sobre esse assunto, acho que vai
363 ter reanálise. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**
364 **Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Sim, tem que ter. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto**
365 **Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Por causa do registro daquela instituição da
366 semana passada, eu fui lendo várias resoluções, depois até queria fazer uma consideração.
367 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
368 **CAIMC (TOPOGIGIO):** Só vamos passar umas questões do Conselho Tutelar, não
369 podemos esquecer. O Paulo está em uma reunião no GP. Então, só para a gente poder saber,
370 na segunda-feira nós tivemos o sorteio dos números de urna dos candidatos, foi na segunda-
371 feira lá na Câmara. No dia 18, às 14 horas, ainda está a ser fechado o local, mas vai ter a
372 formação para o que pode e não pode na campanha do Conselho Tutelar. Então, é interessante
373 que a comissão esteja lá em peso. Em princípio é para ser na Câmara, só estamos vendo a
374 cedência certinha do local. Nós já estamos notificando aqueles cinco candidatos que o
375 Ministério Público indicou há duas semanas atrás, lembram? O Ministério Público tinha
376 encaminhado alguns questionamentos sobre alguns candidatos, nós já estamos notificando para
377 dar o período de defesa para eles. Temos outras duas impugnações também, que estão a
378 chegar em curso e fomos notificados também de um mandado de segurança pelo Candidato
379 Joel, da Micro 04, que foi reprovado na prova porque não marcou adequadamente os campos
380 da resposta, indo contra ao edital e ao próprio cartão de respostas. Então, ele está entrando
381 com o mandado do segurança para poder concorrer, vamos ver quais são os próximos passos.
382 Nós precisamos atualizar também, Kátia, no site do CMDCA os dados sobre a eleição, tudo,

383 urnas, candidatos, as listagens, porque só tem o Edital 01 e acho que a correção do edital, na
384 verdade. Pode ver com o Paulo o que tem que colocar lá, porque como vai ser a Rossana que
385 vai estar atualizando, aí pode ver com o Paulo o que precisa estar no site para vocês anexarem.
386 O João Virgílio, então, nós estávamos no processo de poder ver o processo, mas o
387 Conselheiro Rafael, que era a pessoa que tinha entrado com recurso, com a denúncia, na
388 verdade, depois entrou com um recurso e ganhou um mandado de segurança zerando todas as
389 decisões que a gente não tinha tido, porque o Juiz entende que a gente não ouviu o Rafael, a
390 policial e talvez demais testemunhas. Então, a PGM nos orienta que a gente reabra a Comissão
391 Especial com poderes de Comissão Eleitoral, dando um prazo de mais uns 30 dias ou até 30
392 dias para que essa comissão possa fazer a escuta de todos os demais envolvidos, aí emitir novo
393 parecer. Compreenderam? **Aline Borges, Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e**
394 **Juventude – SMELJ:** A mesma comissão? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
395 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** A mesma
396 comissão. Eu não tinha falado contigo, Aline, e nem contigo, Letícia, só tinha falado com o
397 Rodrigo, mas, então, para a gente poder reabrir essa comissão com o prazo de até 30 dias. Isso
398 sim nós precisamos votar para que aconteça todo o rito normal. **Francine Idiart, Instituto**
399 **Pobres Servos da Divina Providência – IPSDP:** Mas para além da Brigada, para além do
400 Rafael, se escuta as testemunhas de novo, a esposa, as pessoas que estão no processo?
401 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
402 **CAIMC (TOPOGIGIO):** Na verdade, vai ter que se ver todas as pessoas citadas no processo
403 para serem ouvidas. E penso que isso tem que se destrinchar. Ah, quer apresentar alguma
404 testemunha? Apresenta! Eu penso dessa forma, as pessoas do processo. **Francine Idiart,**
405 **Instituto Pobres Servos da Divina Providência – IPSDP:** As que foram ouvidas e as que
406 não foram ouvidas? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do**
407 **Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Isso. penso que todas as pessoas que estão
408 envolvidas no processo original, que pelo que eu li seria a policial, o conselheiro que fez a
409 denúncia, alguma outra testemunha que se tenha. Eu penso que é isso, para a gente poder
410 destrinchar o máximo, fazer a escuta de todos, dar direito à defesa para todos e fazer o
411 processo de forma mais fluída, digamos assim. **José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários:**
412 A comissão tem esse poder de julgamento? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
413 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** De acordo com o
414 edital sim. A Comissão Eleitoral pode julgar qualquer denúncia na primeira instância, após a

415 decisão da comissão, se a pessoa ainda se sente prejudicada entra para o Conselho, que é a
416 final. **José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários:** Mas nesse caso ele já não entrou no
417 judiciário? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**
418 **Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Sim, aí eles entenderam lá que foram feitos os
419 procedimentos talvez errados, em que não foram ouvidas todas as pessoas envolvidas. Eles
420 anularam até aquele momento. Então, a gente tem que restaurar a comissão e começar da
421 comissão para cá tudo de novo. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São**
422 **Francisco de Assis – CPCA:** Olha, eu estive presidindo uma eleição, acompanhei outras, mas
423 nós tínhamos sempre um papel muito ativo da presença da PGM, com um procurador do
424 Município que orientava. Isso tem implicações muito grandes, eu acho tão complicado a gente
425 tentar restabelecer uma justiça, se é para reparar o que foi feito naquele momento, que a gente
426 deveria enquanto Conselho... E eu não me sinto capaz, não sei quem foi a comissão aqui, sem
427 ter esse apoio. Talvez tenha que buscar o procurador do Município para poder a gente
428 subsidiar como que a gente vai fazer essa escuta, senão vai ficar uma celeuma, cada vez uma
429 bola de neve maior. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do**
430 **Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Quando chegou a decisão nós encaminhamos
431 para a PGM, a PGM nos respondeu de que cabe ao Conselho, de acordo com o edital, fazer as
432 tomadas de decisões. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis**
433 **– CPCA:** Eu concordo com isso. Mas nós temos que chamar a PGM para estar junto aqui,
434 para construir os pareceres também tecnicamente. Eu sei que temos alguns advogados aqui no
435 nosso meio que podem ajudar, mas a PGM tem esse papel por causa de algumas implicações
436 que incidem na vida do Município, uma é se o cara for reclamar que foi injustiçado há 4 anos
437 atrás, ele deixou de receber o seu salário. **Theresinha Bastos, Movimento, Movimento pelos**
438 **Direitos da Criança e do Adolescente – MDCA:** Pelo que eu li do processo, ele vai pedir e
439 vai ganhar. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**
440 **Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Exato. Mas quero referendar o que a Priscila falou em
441 outras plenárias, ela, o Rodrigo e outros. Penso de que a gente possa sugerir à comissão para
442 ouvir até os próprios componentes da antiga comissão, os componentes que eram os
443 funcionários. O que acontece? Ah, foi o processo feito de forma um pouco distorcida. Ok,
444 então, como foi? Como não foi? Sei que não é uma competência nossa, mas, ao mesmo tempo,
445 a gente tem que pensar também na questão de não fazer esse erro em 2023. Então, olha o
446 valor que é sim para o Município se tiver que fazer um pagamento retroativo. Então, são

447 questões assim. A Priscila e depois já vamos encaminhar. **Priscila Contini Marcondes,**
448 **Federação Espírita do Rio Grande do Sul – FERGS:** Não, é somente a respeito da fala do
449 Frei. Sim, embora tenhamos profissionais da área do Direito atuando aqui, eu sou uma, mas
450 não é a nossa atribuição, não é a competência. Eu não tenho nem autorização para atuar
451 respondendo questões jurídicas dentro do Conselho, independente do assunto. A Aline Stoll é
452 a profissional competente e responsável, designada para essa atividade. E no meu
453 entendimento, aí falando como Conselheira, por ter um pouco de bagagem jurídica também, a
454 Aline Stoll deveria estar acompanhando todas essas falas desde o início, que essa é de
455 responsabilidade dela. Então, salvo melhor juízo, esse é o meu parecer, é assim que deve ser.

456 **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Concordo
457 plenamente, Priscila. Quem em última instância responde do ponto de vista jurídico é a PGM,
458 nós podemos contar com a capacidade técnica de vocês em nos ajudar, mas a PGM tem a
459 tarefa de subsidiar. **Priscila Contini Marcondes, Federação Espírita do Rio Grande do Sul**
460 **– FERGS:** Exatamente. **Aline Borges, Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e**
461 **Juventude – SMELJ:** Eu concordo. Ainda mais que envolve valores, foge da nossa alçada. A
462 PGM deveria emitir o parecer, a gente diz sim ou não. Então, teria esse respaldo jurídico e
463 cabe ao Conselho, por ser soberano, dizer se acata ou não o entendimento da PGM, porque,
464 futuramente, se ele ingressar com uma ação contra o município vai ser a PGM quem vai
465 responder. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**
466 **Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** A PGM já deu o parecer dela, segue-se o edital e a
467 competência é do CMDCA. A PGM não vai dizer o que é certo ou errado, até porque se ela
468 chegasse e falasse para nós, nós mesmos: “Pô e a nossa autonomia cadê?” **Frei Luciano Elias**
469 **Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Carol, talvez eu não me fiz
470 entender. Quem subsidia o Conselho nas decisões, porque nós temos que ter um lastro jurídico
471 para amparar. Na verdade, quem vai decidir somos nós, mas ela pode apontar os dois
472 caminhos, qual a perspectiva. É isso que nós estamos pedindo, para nos subsidiarem para nós
473 podermos decidir dentro de critérios jurídicos. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
474 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Então, temos que
475 retomar a comissão, que isso independe de análise ou não da PGM, aí provocar a PGM para
476 nos trazer embasamentos até mesmo para a comissão. Pode ser assim? Então, podemos votar a
477 restauração da Comissão Especial, com poderes de Comissão Eleitoral, para análise do caso
478 João Virgílio. **Theresinha Bastos, Movimento, Movimento pelos Direitos da Criança e do**

479 **Adolescente – MDCA:** A Comissão são as duas meninas que trabalharam e mais o Rodrigo?
480 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
481 **CAIMC (TOPOGIGIO):** Exatamente. Então, quem é favorável, por favor, levantar a mão.
482 Alguém contra? Alguma abstenção? Uma abstenção. **APROVADO COM 01 ABSTENÇÃO.**
483 Kátia, depois eu peço ao Paulo para auxiliar, mas a gente vai encaminhar para a PGM, para
484 que possa se manifestar, para orientar se a gente decidir A ou B o que pode acontecer, até de
485 impacto mesmo para a cidade. Isso eu acho que não entra muito na nossa decisão, mas ainda
486 sim daria um respaldo, uma segurança um pouco maior. **Priscila Contini Marcondes,**
487 **Federação Espírita do Rio Grande do Sul – FERGS:** Carol, eu acredito que a PGM tendo a
488 informação correta pode modificar o parecer opinativo que tenha dado anteriormente, porque
489 dificilmente eles entenderiam que não era atribuição deles. Então, a gente pode dar esse voto
490 de confiança neste momento, porque talvez a PGM tenha entendido de maneira equivocada,
491 talvez não tenha sido explicado corretamente ou esclarecido o viés da coisa. Realmente,
492 decisões são tomadas pelo CMDCA, mas essa questão jurídica e orientadora é uma
493 necessidade da PGM, porque havendo um processo judicial quem responderá em nome do
494 Município é a PGM. Então, é importante que a PGM tome conhecimento e orientando qual é a
495 estratégia jurídica adequada a ser adotada pelo CMDCA. Obrigado. **Carolina Aguirre da**
496 **Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):**
497 Tranquilo. A gente vai fazer um encaminhamento da forma mais correta. Conselheiros, eu os
498 entrego ao Paulinho. Eu continuarei no online, mas aí a gente se fala. **Theresinha Bastos,**
499 **Movimento, Movimento pelos Direitos da Criança e do Adolescente – MDCA:** Boa sorte
500 lá! **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
501 **CAIMC (TOPOGIGIO):** Para todos nós! **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da**
502 **Criança:** Então, vamos continuar. Só dar um retorno que o Everton trouxe sobre o GT
503 Vínculo SUAS, do projeto técnico que envolve os adolescentes. Então, foi trabalhado no GT e
504 aquelas considerações do CMDCA foram acolhidas, tinha algumas do Fórum. Então, foi
505 entregue para ir ao CMAS. Era isso. Foi sugerido que a gente tenha uma reunião com a
506 Executiva do CMAS, porque agora vai ser avaliado com eles e pode ter mudança ainda no
507 decorrer. Então, pediram um alinhamento, porque as nossas considerações também podem ser
508 vetadas. Era isso. O que mais temos aqui? Agora passamos para as comissões. É Comissão
509 Mista, né? **Francine Idiart, Instituto Pobres Servos da Divina Providência – IPSDP:** Nós
510 estamos fazendo essa dobradinha para agilizar. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da**

511 **Criança:** E a Comissão de Registro? **Eduarda Roos, Casa do Menino Jesus de Praga:** A
512 Comissão de Registro não tem nenhum para a plenária esta semana. Só tem uma coisa que a
513 Carol falou comigo, que é sobre a ADRA, que além da visita da semana que vem, de que fosse
514 feito um ofício pedindo alguns esclarecimentos, a Carol falou no MP, mas não sei exatamente
515 o que precisa conter no ofício, quais são esses esclarecimentos. A visita, o carro, está tudo ok,
516 mas esse ofício que fiquem com dúvida. Eu fico à disposição para auxiliar, mas não sei
517 exatamente precisa conter no ofício. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:**
518 Eu vejo com ela e coloco no grupo do Registro. **José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários:**
519 Talvez seja aquela função de não ter registro em Curitiba. **Paulo Francisco da Silva,**
520 **Pequena Casa da Criança:** O João sabe. João Rocha! Está sem áudio. Ao Ministério Público
521 é só para pedir informações. João! **Francine Idiart, Instituto Pobres Servos da Divina**
522 **Providência – IPSDP:** O João está colocando ali sobre o que foi encaminhado semana
523 passada, para construir ofício e também agendar reunião. **Eduarda Roos, Casa do Menino**
524 **Jesus de Praga:** Kátia, pode verificar no SIAS se tem algum histórico da ADRA. Também
525 precisamos decidir quem serão os representantes que irão realizar essa visita, porque tem
526 muitas questões e talvez as pessoas interessadas também possam comparecer na visita. **Frei**
527 **Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** A questão da
528 idoneidade é um dos critérios aqui, porque às vezes uma instituição... Como no caso, uma vez
529 fomos a uma instituição, fomos fazer uma plenária lá na zona norte, houve ameaças aos
530 membros do CMDCA. E lá havia uma questão de conflito e de idoneidade, foi destituída a
531 instituição. Mas, outrora, no passado. **José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários:** Sim,
532 João, tem que olhar o histórico. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:**
533 Então, verificar no SIAS e tem registro e se já teve programa inscrito. Então, visita agendada
534 para quarta-feira pela manhã, às 9h30min. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São**
535 **Francisco de Assis – CPCA:** Eu acho que antigamente a ADRA tinha acolhimento
536 institucional e fechou por algum motivo. **Eduarda Roos, Casa do Menino Jesus de Praga:**
537 Eu acho que o SIAS pode retratar esse histórico. Ou quem tiver o interesse de ir, mas não
538 puder por causa do horário, pode colocar ponto, perguntas que no momento da visita a gente
539 possa verificar. **José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários:** Na visita eu acho que vocês vão
540 olhar muito mais em relação ao espaço, aos programas e serviços desenvolvidos. Tem outra
541 questão que tem que ser vista, que é o que já foi trazido. **Frei Luciano Elias Bruxel,**
542 **Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** De repente tem uma nova diretoria,

543 totalmente diferente de 10 anos atrás. [Falas concomitantes]. **Paulo Francisco da Silva,**
544 **Pequena Casa da Criança:** Feito! Então, é fazer a visita e paralelamente o ofício. Vamos
545 avançar? A próxima comissão. Comissão de Políticas? **Francine Idiart, Instituto Pobres**
546 **Servos da Divina Providência – IPSDP:** É um certificado para captação de recurso. É a
547 ASPJ – ASSOCIAÇÃO DE ENSINO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA TERESA DE
548 JESUS. SEI 23.0.00060705-3: Projeto de qualificação dos espaços físicos do Serviço de
549 Convivência através da aquisição de material permanente para melhor atender 144 crianças e
550 adolescentes de 06 a 14 anos. Valor total de R\$ 57.261,20, 5% de retenção. A comissão é de
551 PARECER FAVORÁVEL. **Rosana Fernandes Nunes, Associação de Pais e Amigos dos**
552 **Excepcionais de Porto Alegre, APAE/POA:** É a Comissão Mista. **Francine Idiart,**
553 **Instituto Pobres Servos da Divina Providência – IPSDP:** Isso, em conjunto. **Paulo**
554 **Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** Então, vamos para a votação. Quem é
555 favorável ao parecer da comissão? Alguém é contra? Alguma abstenção? Então, **APROVADO**
556 **POR UNANIMIDADE.** **Márcia, Associação Cristã de Moços do RS – ACM:** Fora isso a
557 gente analisou mais 12 projetos, mas a gente deu encaminhamento para a Secretaria. **José**
558 **Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários:** A Finanças também avaliou todos os projetos e feitos
559 os despachos. Não tinha nada para trazer. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da**
560 **Criança:** Então, alguém tem algum informe? Eu vou iniciar, dia 15, terça-feira, a Pequena
561 Casa da Criança faz 67 anos. [Aplausos]. Então, vamos ter a celebração de uma missa em ação
562 de graças. Quem tem mais informe?
563 Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal dos
564 Direitos da Criança e do Adolescente, às 17h00min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, **Patrícia**
565 **Costa Ribeiro, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de**
566 **veracidade.**